

Congresso recusa o que reivindicou

Hesita o Congresso em assumir a responsabilidade de sediar um fórum de consenso com receio de criar expectativas que não possam ser cobertas. Levantaram-se problemas técnicos para consolidar a tendência de fugir à missão reivindicada pelos próprios presidentes das câmaras legislativas, senador Mauro Benevides e deputado Ibsen Pinheiro. Teme-se estabelecer um congresso paralelo, uma espécie de miniconstituinte concentrada numa comissão de sistematização composta pelos líderes. Na realidade, constata-se que o exame do programa do governo, consubstanciado num *Projeto*, possivelmente envolva reformas que ainda não estariam amadurecidas.

O problema de rivalidade de partidos e pessoas é secundário. Na realidade é a própria instituição que não está segura de que possa evitar que lhe suceda o mesmo que tem sucedido ao Poder Executivo, ou seja, a seguida frustração nas tentativas de armar um pacto social. Os parceiros não estariam preparados, como se viu na reação do sindicalista Luiz Antônio de Medeiros, líder do sindicalismo de resultados mas que não acredita no resultado de debates. Medeiros quer impor restrições à própria temática listada pelo presidente da República, como se estivesse certo de que, Collor querendo, a aposentadoria aos 65 anos estará aprovada. O fórum é precisamente para evitar que nada se aprove sem consenso.

Aparentemente os presidentes da Câmara e do Senado foram retirados do comando para atender a pressões dos partidos que temem que o PMDB queira usar o fórum como plataforma de lançamento do programa do candidato presidencial Orestes Quérzia. Mas isso não parece ser a verdade, pois Quérzia desaconselha que se leve a sério o *Projeto*. Para ele seria pura perda



de tempo o debate em torno de generalidades, uma simples "bobagem" bolada pelos assessores de Collor.

O senador Fernando Henrique Cardoso propõe limitar a quatro ou cinco as questões que o fórum discutirá e sobre as quais procurará o consenso. Isso exclui a ampla avaliação imaginada pelos estrategistas do programa chamado de Reconstrução Nacional. As idéias do presidente continuarão soltas no ar, desde que os partidos se recusam até mesmo a examiná-las ainda que a proposta excluisse qualquer imposição. Sabe-se que o governo assim procedeu por carecer no Congresso de apoio político para sustentar projetos de emendas constitucionais que aliviariam a Constituição do que considera preconceitos nacionalistas e estatizantes.

Excluída a hipótese de haver o amplo debate para criar os pressupostos desejados por Collor para levar avante seu plano de "modernizar" o país, o governo volta à porta estreita da medida provisória para emergências, mas também para tentar legislar ao arrepio das tendências dominantes no Congresso. A porta já não é tão estreita desde que o plenário não deu número para restringir o poder presidencial. A omissão do Congresso irá traduzir-se em novas medidas provisórias que serão baixadas sempre que o presidente estiver convencido de que precisa mudar a lei para governar. Só não irá à reforma constitucional, por falta de apoio.

O episódio revela carência de liderança política não só na área parlamentar do governo como na dos demais partidos. Na realidade, falta liderança ao Congresso, que não quis assumir a responsabilidade de conduzir um grande debate nacional em torno das questões que ainda não reúnem consenso na sociedade.